

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 16 de setembro de 2019 às 07h41*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Pirataria

**Dissertação de mestrado de Wilson Witzel tem 63 parágrafos copiados de 6 autores . . . . .** 3  
BRASIL

Pirataria

**Youtuber que ensina acesso ilegal à TV paga deve responder por crime de incitação à pirataria .** 7  
DINO

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Direitos Autorais

**Hotéis devem remunerar artistas pelas músicas tocadas nos aposentos . . . . .** 8

## Diário de Pernambuco - Online | PE

Direitos Autorais

**O estranhamento de sempre no pagamento dos direitos autorais . . . . .** 10  
COLUNAS | FLÁVIO RICCO

## Gazeta do Sul | RS

14 de setembro de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

**Mercado ilegal é desafiador . . . . .** 13  
NOTÍCIAS

## Migalhas | BR

ABPI

**Direito autoral - princípios e limitações . . . . .** 14

## Dissertação de mestrado de Wilson Witzel tem 63 parágrafos copiados de 6 autores

BRASIL

Marcelo Camargo/Agência Brasil / BBC News Brasil



Wilson Witzel apresentou dissertação de mestrado na Universidade Federal do Espírito Santo em 2010

Dos 6 autores com passagens semelhantes encontradas pela BBC News Brasil, 5 não constam na bibliografia da dissertação de Witzel. Universidade Federal do Espírito Santo vai investigar o caso.

A dissertação de mestrado defendida pelo então juiz federal Wilson Witzel, hoje governador do Rio de Janeiro pelo PSC, tem ao menos 63 parágrafos copiados de trabalhos publicados por outros seis autores, incluindo um artigo inteiro e a íntegra de um capítulo de outro texto.

O trabalho Medida Cautelar Fiscal foi apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo ao fim de um mestrado em Direito Processual Civil, em maio de 2010. A dissertação pode ser lida na íntegra aqui.

Witzel trata do instrumento criado em 1992 para auxiliar a cobrança de dívida fiscal por vias judiciais. Segundo ele, a medida cautelar fiscal pode evitar "grandes fraudes e artifícios maliciosos de contribuintes que agem de má-fé e em desacordo com as leis tributárias".

Witzel também faz um apanhado histórico do papel do magistrado e defende que "o juiz pós-Estado Liberal não pode mais ficar como mero expectador no processo de execução, cabendo-lhe a missão de buscar todos os meios e técnicas necessários para a entrega da prestação jurisdicional que se pretende".

Em sua dissertação, 21 das 139 páginas são pré-textuais, como dedicatória e índice, e pós-textuais, como referências bibliográficas e anexos.

Considerando as 118 páginas do miolo do trabalho, ao menos 19 páginas têm trechos copiados de outros autores (16% desse total).

Dos 6 autores com passagens semelhantes encontradas, 5 não constam na bibliografia da dis-

Felipe Frazão/Agência Brasil / BBC News Brasil



Dissertação trata de instrumento criado em 1992 para auxiliar a cobrança de dívida fiscal por vias judiciais

Continuação: Dissertação de mestrado de Wilson Witzel tem 63 parágrafos copiados de 6 autores

Tomaz Silva/Agência Brasil / BBC News Brasil



Política de segurança de Witzel foi alvo de protestos de estudantes da UFF, onde ele faz doutorado

Antonio Cruz/Agência Brasil / BBC News Brasil



Em maio, jornal revelou que Witzel não estudou em Harvard, como dissera em seu currículo

sertação. O autor exceção aparece, no entanto, citado por um outro trabalho.

Um deles, o advogado Juliano Ryzewski, vê um possível problema ético no caso. "Por ser uma pessoa pública, deveria tomar maior cuidado com isso. Ele está autointitulando autor de um texto que ele não escreveu, mas copiou. É complicado", afirmou à BBC News Brasil.

A reportagem procurou o governador Witzel, por meio de sua assessoria de imprensa, e elencou os trechos identificados como cópias de outros trabalhos e solicitou uma entrevista.

Em nota, a assessoria respondeu que "os trechos ci-

tados exemplificam a dissertação de mestrado apresentada pelo governador Wilson Witzel em 2010, que foi aprovada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)".

E completou: "Como toda obra acadêmica, a tese de Witzel se utiliza de citações de diferentes autores e fontes que compõem a abordagem teórica sobre o tema."

## Citações sem crédito

A dissertação do atual governador do Rio tem 12 parágrafos idênticos ao artigo de Ryzewski, publicado em 2009, um ano antes do trabalho de Witzel.

A pedido da BBC News Brasil, dois professores universitários analisaram as semelhanças identificadas e afirmaram que os trechos configuram plágio.

"Não há dúvida sobre o fato de o texto da dissertação não ser apropriado para a obtenção do título", afirmou um professor da Universidade de São Paulo (USP) especialista no assunto, sob condição de anonimato por temer represálias. "A dissertação analisada efetivamente desrespeita o direito de paternidade das obras copiadas, pois seus autores originais não são identificados e sequer constam da bibliografia", completa ele.

Segundo cartilha produzida pela Universidade Federal Fluminense, o plágio acadêmico ocorre "quando um aluno retira, seja de livros ou da internet, ideias, conceitos ou frases de outro autor (que as formulou e as publicou), sem lhe dar o devido crédito, sem citá-lo como fonte de pesquisa".

Em parte dos plágios identificados no âmbito acadêmico, os alunos fazem pequenas modificações nos trechos copiados a fim de evitar flagrantes, a exemplo do uso de sinônimos e de uma redação diferente da primeira frase do parágrafo. Ou seja, dizer a mesma coisa apenas alterando algumas palavras.

Continuação: Dissertação de mestrado de Wilson Witzel tem 63 parágrafos copiados de 6 autores

A Universidade Federal do Espírito Santo afirmou em nota que investigará o caso apontado pela BBC News Brasil. "A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo informa que, diante das informações encaminhadas, vai adotar as medidas cabíveis para a apuração da denúncia."

## Trechos copiados

Um dos subcapítulos do texto de Witzel copia, com alterações sutis, todos os 20 parágrafos e todas as 9 citações do artigo Fraude de Execução, escrito pelo professor e desembargador aposentado José Maria Rosa Tesheiner em 2003, na revista digital Páginas de Direito. O exemplo abaixo traz as alterações sutis em relação ao texto original.

- Tesheiner: "A fraude de execução tem pontos de identidade com a fraude contra credores, regulada nos seguintes termos pelo Código Civil."

- Witzel: "A fraude de execução tem algumas semelhanças com a fraude contra credores, que está regulada nos seguintes termos pelo Código Civil vigente."

Em outra seção do texto de Witzel, há dez parágrafos consecutivos com trechos bastante semelhantes à introdução inteira do artigo A Penhora Como Pré-requisito da Execução Fiscal, de Kiyoshi Harada, advogado tributarista e membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, publicado em 2007.

- Harada: "Logo, se há morosidade nas execuções fiscais, a culpa não é apenas do Judiciário. Por isso, parece óbvio que transferir a execução fiscal para o âmbito da Administração não irá resolver o problema."

- Witzel: "Portanto, se há morosidade nas execuções fiscais, a culpa não é apenas do Judiciário. Por isso, parece óbvio que transferir a execução fiscal para o âmbito da Administração não irá resolver o pro-

blema, ou por certo irá agravar."

Witzel também copiou 11 parágrafos de um artigo escrito em 2005 por dois estagiários da Advocacia Geral da União no Rio Grande do Sul. Em um deles, que segue abaixo, a cópia é feita sem alterações.

- Texto original: "A competência *ratione materiae* (em razão da matéria) é aquela que se refere à natureza da causa, podendo ser vista sob duas vertentes."

- Witzel: "A competência *ratione materiae* (em razão da matéria) é aquela que se refere à natureza da causa, podendo ser vista sob duas vertentes."

## Casos de plágio em universidades

Para evitar plágios, parte dos professores utiliza ferramentas que cruzam os trabalhos entregues pelos alunos com base de dados que reúnem milhares de textos acadêmicos a fim de descobrir eventuais problemas de autoria - esta reportagem, por exemplo, foi produzida com auxílio do serviço Turnitin.

Por outro lado, alguns estudantes utilizam ferramentas que sugerem, por exemplo, sinônimos e mudanças na redação nos trechos copiados a fim de driblar a fiscalização digital feita pelos professores.

Os casos de suspeita de plágio são tratados no âmbito dos **direitos** autorais. Para um dos especialistas ouvidos pela reportagem, como esse tipo de plágio envolve também a instituição que aprovou e publicou a obra e a comunidade acadêmica, o plágio é mais próximo da "cola" do que da "**pirataria**".

Há dois caminhos. No primeiro, um autor que se sinta ofendido pode procurar a Justiça comum na área cível, e o magistrado pode decidir se houve ou não plágio. Em caso positivo, a sentença pode determinar, por exemplo, alguma reparação financeira e a retirada do ar do texto com cópias.

Continuação: Dissertação de mestrado de Wilson Witzel tem 63 parágrafos copiados de 6 autores

No âmbito da universidade, quando há denúncia envolvendo a cópia de trabalhos submetidos a bancas examinadoras, abre-se uma sindicância para apurar o ocorrido. Parte das instituições estaduais e federais do país criou comissões voltadas a esse fim. Em alguns casos, a punição pode chegar à perda do título obtido.

A Universidade Federal Fluminense instituiu em 2008 uma comissão de avaliação de casos de autoria, a fim de avaliar denúncias, dar pareceres e, principalmente, promover entre os alunos a importância do direito de um autor sobre as suas ideias.

Flávia Clemente, professora-adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFF, integra essa comissão desde seu surgimento. Segundo ela, em 2008 eram analisados cerca de cinco casos por semestre de trabalhos apresentados em bancas de examinadores com indícios de plágio; hoje esse total mal chega a um por semestre.

"O processo educativo é muito mais eficiente que o punitivo. A gente faz muita palestra, mostra e ensina os alunos a pesquisarem, a citarem corretamente outros autores, porque nas novas gerações muitas vezes isso é feito sem dolo, sem intenção", afirma Clemente.

"Doutorado em Harvard"

Este não é o primeiro questionamento à formação acadêmica de Witzel.

Em maio deste ano, o jornal O Globo revelou que o governador colocou em seu currículo um doutorado em andamento em Ciência Política na UFF com in-

tercâmbio na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Mas ele não cursou a instituição americana nem se candidatou ao processo de seleção para uma vaga lá.

À época, Witzel disse não haver erro em seu currículo, porque havia previsto a possibilidade de "aprofundar os estudos em Harvard", mas a ideia acabou suspensa em razão da campanha eleitoral em 2018. Depois, ele retirou de seu currículo público a menção a Harvard.

Witzel passou pelo exame de qualificação do doutorado na UFF em 15 de agosto, onde foi alvo de protestos contra a política de segurança pública de seu governo. Houve confusão entre manifestantes e policiais militares e ele deixou o lugar escoltado.

No primeiro semestre deste ano, houve uma queda de 23% nos homicídios e aumento de 15% nas mortes em ações policiais no Rio em relação ao mesmo período de 2018.

Duas semanas depois, ele defendeu a tese A Dimensão Política da Jurisdição Após 1988: a Fundamentação das Decisões Judiciais Como um dos Critérios de Identificação e Controle do Ativismo Judicial por meio de videoconferência.

Witzel tem até 90 dias para entregar a versão final do trabalho, que deve incorporar observações feitas pela banca examinadora.

0

# Youtuber que ensina acesso ilegal à TV paga deve responder por crime de incitação à pirataria

DINO

Banco de Imagens / DINO



Ministério Público Federal afirma que uso de redes sociais para estimular atividade clandestina pode ser punido com até 6 meses de prisão

Uma manifestação inédita do Ministério Público Federal de São Paulo pode representar um importante passo no combate à **pirataria** de TV por assinatura. O procurador Rudson Coutinho da Silva considerou que o uso de redes sociais, como Facebook e YouTube, com a finalidade de ensinar usuários a acessar clandestinamente conteúdos pagos configura delito de incitação ao crime e pode ser punido com até seis meses de prisão.

A manifestação do MPF foi registrada em inquérito policial que tramita na Vara Federal de Araraquara (SP), contra um youtuber que usava seu canal para promover a **pirataria**.

O procurador afirmou, nos autos do processo, que "ensinar um número indeterminado de indivíduos a descriptografar o sinal da TV por assinatura, utilizando decodificadores, pode constituir o delito previsto no artigo 286 do CP (Código Penal), porquanto incita publicamente a prática de crime".

No ano passado, a Justiça Paulista já havia condenado o proprietário de outro canal no YouTube por ensinar seus seguidores a acessar ilegalmente conteúdos de TV por assinatura. Essa condenação se deu

no âmbito civil e se baseou na reparação dos danos morais e materiais aos detentores dos direitos dos conteúdos e de distribuição oficial do sinal da TV paga.

"Quem promove ou pratica a **pirataria** está contribuindo com o crime de organizado, além de prejudicar a produção dos seus programas favoritos e milhares de profissionais que atuam no setor audiovisual", alerta Oscar Simões, presidente da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura).

Website: <http://www.soulegal.tv.br>

0



## Hotéis devem remunerar artistas pelas músicas tocadas nos aposentos



Clarisse Escorel e Rodrigo Salinas. Foto: Divulgação

>São devidos **direitos** autorais pelas músicas reproduzidas em quarto de hotel?

Muito se tem discutido sobre a revisão da Lei do Turismo, por meio do Projeto de Lei nº 1.829/2019, que visa isentar os hotéis do pagamento dos **direitos** autorais pela sonorização dos aposentos. A aprovação deste projeto acarretaria um prejuízo de R\$ 110 milhões anuais para mais de 100 mil compositores, intérpretes e músicos. Tais valores seriam retirados da classe artística musical sem que isso acarretasse a diminuição do valor das diárias dos hotéis, representando, única e exclusivamente, um benefício injustificado para o empresariado.

A cobrança que hoje é direcionada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), em nome da classe artística ao setor hoteleiro, se dá respaldada pela jurisprudência e a legislação em vigor. A Lei de **Direitos** Autorais 9.610/1998, que pauta o trabalho da instituição, prevê que hotéis são locais de frequência coletiva, não importando se a música é tocada em áreas comuns ou aposentos. A rotatividade que caracteriza a ocupação dos quartos de hotéis, que são ocupados por diversas pessoas ao longo do ano, faz com que o fato de serem ocupados de maneira individual por cada hóspede seja irrelevante para a sua caracterização como local de frequência coletiva. A

música disponibilizada nos quartos, seja na programação musical de rádio ou tv, é sem dúvida alguma um atributo importante para o maior conforto dos clientes, agregando valor ao negócio e tornando devida e justa a retribuição aos criadores das obras musicais.

A lei de **direito** autoral brasileira prevê que são devidos **direitos** autorais sempre que as obras musicais e fonogramas sejam apresentados ao público direta ou indiretamente. A apresentação direta pressupõe a oferta da música diante do público, como ocorre em shows ao vivo. Já a apresentação indireta pressupõe a apresentação musical gravada e transmitida por qualquer meio ou processo, como a televisão, o rádio, o cinema ou a **internet**. Portanto, o direito de execução pública não exige que a música seja transmitida sempre diante do público; o que importa é que a música esteja disponível para o público.

O Superior Tribunal de Justiça, inclusive, já pacificou o entendimento de que é legítima a cobrança dos direitos autorais pelas músicas que são tocadas nos quartos dos hotéis, já que estes são considerados espaços públicos. Há alguns anos o Ecad vem obtendo êxito nas ações judiciais contra empresas do setor hoteleiro.

Serviços de hospedagem oferecem a seus clientes um ambiente agradável e confortável no qual as pessoas desejam estar e permanecer. Para tanto, esses estabelecimentos oferecem quartos confortáveis, limpos e algumas amenidades, como o acesso a uma programação audiovisual variada, que fazem parte do serviço prestado pelo estabelecimento e, por isso, são cobradas e pagas pelos hóspedes. Do ponto de vista econômico, não faz sentido a inferência de que tais amenidades não façam parte do serviço que é oferecido.

As criações artísticas são bens como quaisquer ou-



Continuação: Hotéis devem remunerar artistas pelas músicas tocadas nos aposentos

tros, com a diferença de que a lei determina que sejam controladas por seus criadores, e para isso lhes confere um poder de exclusividade, o qual se traduz nos direitos autorais.

Existe um conceito no direito autoral relativo à independência das formas de utilização, ou seja, na medida em que o titular de direitos detém a exclusividade da utilização da sua obra, presume-se que a cada forma de utilização possível corresponderá um direito autoral específico, e que as licenças são específicas para usos determinados.

A utilização da programação radiofônica e televisiva por esses estabelecimentos e, por via de consequência, das músicas incluídas nessa programação, atende a uma finalidade econômica distinta daquela exercida pelas próprias emissoras, daí a necessidade de haver uma nova autorização dos titulares de direitos autorais e uma nova remuneração.

O Ecad acredita e defende a justa e devida remuneração aos artistas por suas criações. A cobrança de direitos autorais direcionada a hotéis utiliza a taxa

média de ocupação anual e a média diária de utilização de aparelhos de TV e rádio aferidas pelo Instituto Ibope. O pagamento feito pelos hotéis nada mais é do que a contrapartida pela utilização do trabalho de milhares de artistas que têm suas obras e fonogramas explorados economicamente por esses estabelecimentos.

Entidades como a CISAC (Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores), OAB (Ordem dos Advogados de Brasil) e Procure Saber expressaram, através de cartas e manifestos, sua preocupação sobre as consequências deste projeto. O Ecad apoia reformas que beneficiem o desenvolvimento do turismo e a economia do país, mas não pode permitir que isso seja feito às custas dos artistas. Como qualquer outro profissional, eles precisam viver do seu trabalho e o direito autoral é um instrumento essencial para incentivar a criação, sendo uma das principais formas de remuneração para a classe musical.

Continuar lendo Clarisse Escorel e Rodrigo Salinas\*

# O estranhamento de sempre no pagamento dos direitos autorais

COLUNAS



Divulgação

A partir deste ano, o ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos Direitos - adotou novas regras para o cálculo e distribuição dos valores aos autores musicais no segmento da TV por assinatura.

Os vários canais passaram a ser categorizados de acordo com a audiência - baixa, média ou alta.

Andó, Antonio Scapellini, autor de mais de 50 músicas, gravadas por Simonal, João Nogueira e Benito di Paula, entre tantos outros, foi um dos compositores de "Tormento D'Amore", tema de abertura da novela "Terra Nostra", exibida no Viva.

O pagamento de março, último realizado, relativo às tantas execuções, foi de R\$ 15.

E o que deixa o Andó e a todos sem entender rigorosamente nada é que os resultados do Viva são sempre muito bons.

Os das novelas melhores ainda. A reexibição de "Terra Nostra" foi um sucesso. Não é estranho?

TV Tudo

Mercado

O Fox Sports contratou o comentarista Marcelo Capretz, que estava no SBT - Sorocaba.

Um estudioso. E que se coloca de forma bem diferente do até agora pitoresco Carlos Alberto, ex-jogador.

Gravando - 1

A Band já deu início às gravações dos 13 episódios desta primeira temporada do "Planeta Startup", programa com apresentação de Ana Luísa Médici e participação de Tallis Gomes, Dani Arruda e Amure Pinho, como jurados.

Reality de empreendedorismo, com estreia anunciada para o dia 26, às 22h45.

Gravando - 2

"Me Poupe", na área das finanças, que terá à frente a jornalista Nathalia Arcuri, também está com seus trabalhos em estágio bem avançado.

No ar a partir do dia 30, na mesma faixa das 22h45.

Preocupação

O bom desempenho da Record no horário e a estreia do "Se Joga", na Globo, no final do mês, têm levado a direção do SBT a estudar mudanças na faixa da tarde.

Do jeito que está, com desempenho abaixo do esperado, é bem complicada a situação do "Fofocalizando".

Verso e reverso

Continuação: O estranhamento de sempre no pagamento dos direitos autorais

A favor do "Fofocalizando" o fato de ser muito intensa a busca pelas suas ações de merchandising. Mal ou bem, sempre fecha no azul.

Mas contra ele há o aspecto que quase tudo já foi tentado para melhorar a sua audiência e nada parece ter surtido efeito até agora.

## Misturança

Em mais uma da série, agora será a vez do governador do Rio, Wilson Witzel, aparecer no quadro "Dois Dedos de Prosa", do "Programa do Ratinho", no SBT.

A entrevista, já gravada, será exibida nesta sexta-feira.

## Faltou ela

Entre estreias e mudanças, a Band acabou movimentando várias peças do seu jornalismo. Mercedida e das mais acertadas, por exemplo, a oportunidade oferecida a Cynthia Martins no "Band Notícias".

Mas Fabiana Panachão, que também é excelente, continua esquecida.

## Imoralidade

Nem sei se a TV Globo tem poderes de interceder nisso, mas o recurso de venda de mando de jogos, frequentemente usado no campeonato brasileiro e abençoado pela CBF, é uma das maiores sem-vergonhices do futebol.

É quase que vender o resultado.

## Estreia

A TV Aparecida estreia nesta sexta-feira, às 20h, a segunda temporada do reality show musical "Revelações Sertanejo".

Apresentado por Amanda Françaço, terá 12 episódios e exibição semanal, com seis fases no total.

## Ensaio

Bastidor do ensaio da cena de "A Dona do Pedaço", no ar neste sábado, em que Maria da Paz (Juliana Paes) fica sabendo por Téo (Rainer Cadete) que Josiane (Agatha Moreira) está perdendo toda a sua fortuna com os investimentos.

Maria decide ajudar a filha, mas Josiane reage negativamente e se mostra agressiva.

## Bate - Rebate

- Neste sábado, em mais uma rodada do campeonato italiano, tem Inter de Milão e Udinese na Rede TV!...

- ... Transmissão a partir das 15h45, com narração de Silvio Luiz e comentários de Paulo Sérgio.

- "Pancas, a cidade das pedras" é a nova série de reportagens do "Jornal da Record..."

- ... Estreia na segunda-feira, com os repórteres Fábio Menegatti e Edgar Luchetta visitando o município distante 180 km de Vitória, conhecido como a cidade dos esportes de aventura.

- Não há uma decisão ainda na Rede TV! se alguém irá ocupar a vaga de Val Marchiori no "Tricotando"...

- ... Está tudo indicando que não.

- Houve uma reviravolta bem importante no "Roda Viva", da Cultura, após a entrada de Daniela Lima na sua apresentação...

- ... O programa passou a trazer só convidados com importância...

- ... Na segunda-feira, por exemplo, será a vez do ex-presidente Michel Temer.

- "Música na Band", nesta sexta, 22h45, vai apresentar o show "Origens", de Paula Fernandes.

C'est fini

A segunda temporada da série "Filhos da Pátria", protagonizada por Alexandre Nero e Fernanda Torres, será exibida entre 8 de outubro e 10 de dezembro, sempre às terças-feiras. Diferentemente da primeira,

Continuação: O estranhamento de sempre no pagamento dos direitos autorais

em que eles viviam no Brasil de 1822, agora os personagens estarão em uma nova época: os anos de 1930, na Era Vargas.

Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!

FUTURO

**14,6%**

é a projeção de crescimento para a produção de tabaco no Brasil ao longo da próxima década. O dado faz parte do documento *Projeções do Agronegócio*, disponibilizado pela Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Conforme o estudo, publicado anualmente, o volume de tabaco produzido daria salto de 771 mil toneladas em 2019 para 883 mil toneladas em 2029.

## MERCADO ILEGAL É DESAFIADOR

O comércio de cigarros ilegais transformou-se em um dos maiores desafios atuais dos entes ligados à indústria de tabaco nacional. Afinal, além de mais perigosos à saúde, pois não passam pelo controle dos órgãos sanitários, estes produtos ainda geram perdas aos cofres públicos em função do não recolhimento de tributos.

É isso que aponta o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). No ano passado, 57% dos cigarros consumidos no Brasil eram de origem ilegal, sendo 50% contrabandeados do Paraguai e o restante produzido por indústrias que operam irregularmente no País. Ainda segundo o Instituto, somente com cigarros a Receita Federal arrecadou R\$ 11,4 bilhões no ano de 2018, ao passo que a evasão fiscal foi de R\$ 11,5 bilhões em função do mercado ilegal. Conforme Edson Vismona, presidente-executivo do Etco, a liderança de mercado do cigarro ilegal leva a uma evasão fiscal que supera a arrecadação. “Os cofres públicos estão perdendo somas maiores do que os valores arrecadados”, afirma.

### CIGARRO ELETRÔNICO NA PAUTA

Outro tema que mobiliza e une todos os entes ligados à cadeia do tabaco é a liberação dos cigarros eletrônicos e dispositivos de tabaco aquecido. Recentemente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) promoveu audiências públicas para discutir o assunto, mas não há perspectivas de decisão a respeito. Isso porque, após essa etapa de análise, ainda devem ser realizadas novas consultas e audiências acerca do tema.

## Direito autoral - princípios e limitações



### I. NA LEI ORDINÁRIA

#### I.1 O OBJETO DA TUTELA

1. A expressão **direitos** autorais é compreensiva dos direitos de autor, propriamente ditos, e os denominados direitos conexos aos direitos de autor.

2. Os direitos de autor compreendem duas vertentes (por isso vêm no plural): os direitos patrimoniais de autor e os chamados direitos morais (que, no fundo, são direitos de personalidade). Por isso Gama Cerqueira escreveu que os direitos patrimoniais competem à pessoa como autor e os direitos morais ao autor como pessoa.

3. O mais amplo direito moral corresponde ao direito de paternidade (o direito de ser reconhecido como autor da obra ou de qualquer ato). O direito de paternidade é mais abrangente que o direito de ser reconhecido como autor de obra tutelada. Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como autora dos

atos que praticou e de não lhe serem atribuídos atos que não praticou, independentemente do fato de ter realizado obra que não seja tutelada como criação intelectual. Assim, o autor de qualquer obra, seja obra intelectual (tutelada pela lei de **direitos** autorais ou pela lei de propriedade industrial, ou pela lei do software, ou pela lei das cultivares, ou qualquer outra), ou obra científica, ou descoberta, ou feitos esportivos, ou qualquer outro feito, tem o direito de ser reconhecido como tal.

4. Assim, quando o art. 3º da lei de **Direitos** Autorais declara que reputam-se eles bens móveis, certamente está se referindo ao direito patrimonial de autor, definido no art. 28 como o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra ("jus utendi, fruendi et abutendi").

5. O art. 7º da lei enumera, a título exemplificativo, as obras intelectuais protegidas como as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte. Exclui, de acordo com o art. 7º, § 3º, o conteúdo científico ou técnico, "sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial". A proteção autoral recai tão somente sobre a forma literária ou artística, deixando em aberto, portanto, a tutela dos desenhos industriais, que correspondem à forma e não ao conteúdo, os quais podem aspirar à dupla proteção da lei autoral e da lei de **propriedade** industrial.

6. Excluídos os direitos morais de autor e os direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial, restam os direitos patrimoniais de autor (que recaem sobre a forma literária ou artística) e os direitos que lhe são conexos.

7. Estes são os direitos do artista, intérprete ou executante, e os direitos de natureza empresarial dos produtores de fonogramas e das empresas de radiodifusão. Estes últimos, embora de caráter industrial, são albergados pela lei autoral em vista de seu conteúdo ser constituído pelas obras dos autores



e pelas interpretações e execuções dos artistas (embora a elas não se restrinja, como os sons e imagens da natureza).

8. Excluídos, finalmente, os direitos conexos, restam os direitos de autor propriamente ditos, elencados no art. 7º da Lei.

## 1.20 SUJEITO DE DIREITOS

9. Os sujeitos de direitos originários são basicamente o autor (pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica) e os artistas intérpretes ou executantes, aos quais aplicam-se as normas relativas aos direitos de autor (bem como, por excelência, os direitos morais, tendo em vista sua inseparabilidade da imagem e voz), e ainda, por extensão, os produtores fonográficos e as empresas de radiodifusão (cf. arts. 28 e 89).

10. Outros sujeitos exercem os **direitos** autorais por titularidade derivada (cessão legal ou contratual), licenças exclusivas ou simples exercício por determinação legal (devendo prestar contas aos titulares originais ou derivados).

11. A cessão está prevista no art. 49 e segs., no capítulo relativo à transferência dos direitos de autor, onde se verifica que o termo transferência não se refere somente à cessão (transferência de propriedade), mas também à transferência do exercício desses direitos (como licenciamento ou concessão), caso em que quem seja legitimado ao exercício desses direitos deverá prestar contas ao seu titular. Assim ocorre com o editor (art. 53 e segs.), que é um licenciado exclusivo, com o poder de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem (§ 1º do art. 63).

12. Já que o § ún. do art. 11 declara que a proteção concedida ao autor (pessoa física - caput) poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos na lei, o § 2º do art. 17 estabelece caber ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto

da obra coletiva (o organizador pode ser pessoa física ou jurídica - art. 5º, inc. VIII, h). Assim, pode-se vislumbrar o organizador de base de dados como pessoa jurídica, bem como a empresa produtora de programas de computador (lei 9.609/98) e as empresas cinematográficas e de radiodifusão (art. 68, § 7º).

13. Quanto aos artistas (intérpretes ou executantes) são eles titulares originários de **direitos** autorais (conexos ao direito de autor), sendo, no caso de pluralidade de artistas, seus direitos exercidos pelo diretor do conjunto (art. 90, § 1º).

14. Aos produtores de fonogramas e empresas de radiodifusão a Lei lhes confere direitos exclusivos, na conformidade dos arts. 93 e 95. Por força do art. 89, os artistas, produtores de fonogramas e de radiodifusão são titulares originários de direitos conexos de autor.

15. Os organizadores de obras literárias, bases de dados, programas de computador, obras audiovisuais e outras obras coletivas são titulares originários de direitos de autor. Devem, porém, prestar contas (conforme contrato) aos participantes individuais das obras coletivas (cf. art. 17 § 3º, art. 82, arts. 94 e 95).

16. Ao organizador de obra audiovisual a lei dá a designação de produtor, a mesma que dá ao produtor de fonograma, embora o primeiro seja titular de direito de autor e o produtor de fonograma de direito conexo ao direito de autor.

17. Além desses diversos titulares do exercício dos **direitos** autorais (direitos de autor e conexos), poderão os autores e titulares de direitos conexos (artistas, produtores de fonogramas e empresas de radiodifusão) constituir associações para o exercício e defesa de seus direitos (art. 97), as quais se tornarão "mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus **direitos** autorais, bem como para sua cobrança" (art. 98).

18. Caso se trate de cobrança (arrecadação e distribuição) de "direitos relativos à execução pública das obras musicais e litero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio de radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais", as associações manterão um único escritório central (art. 99).

### I.3. DO PÚBLICO E DO PRIVADO

19. Os círculos de poder e de proibição não atingem as comunicações (imateriais) privadas, mas as comunicações ao público. Sobre o sentido de público e privado, vide Walter Moraes, in "Posição Sistemática dos Artistas, Intérpretes e Executantes" (tese de cátedra na Fac. de Direito da USP, *Editora Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1973).

20. Quanto à reprodução é que, aparentemente, os limites entre o público e o privado estão sendo rompidos.

21. Não é assim na lei de software, 9.609, de 1998, na qual o § 1º do art. 12 tipifica a conduta daquele que "reproduz para fins de comércio" programa de computador. Bem assim o § 2º, que pune aquele que "vende, expõe à venda, introduz no País, adquire, oculta ou tem em depósito, para fins de comércio, original ou cópia de programa de computador, produzido com violação de **direito** autoral". O fim de comércio é que constitui a vertente pública da utilização.

22. Assim também na lei de Propriedade Industrial n. 9.279, de 1996, que considera não infringirem os direitos do titular de patente "os atos praticados por terceiros não autorizados, em caráter privado e sem finalidade comercial, desde que não acarretem prejuízo ao interesse econômico do titular da patente" (art. 43, I).

23. Vamos, pois, reexaminar os dispositivos da lei de **Direitos** Autorais, à vista da discriminação entre público e privado, considerando público o que ocorre no seio da empresa, já que sua atividade se dirige ao

mercado, que é público.

24. Revisando o art. 29, a reprodução parcial ou integral (I) só deveria ser considerada ilícita quando se tratasse de multiplicação (para fins de comércio), o que equivale à edição (II). A adaptação e outras transformações (III), a tradução (IV) e a inclusão em fonograma ou audiovisual (V) não é ilícita se realizada no âmbito da vida privada, no recesso familiar. Todos os atos de execução relacionados nas letras a) a g) do inc. VIII são excluídos do círculo de proibição, de acordo com interpretação sistemática em consonância com o art. 68 e seus §§. Se o emprego de meios tecnológicos de informação (letras h e i do inc. VIII) se realiza entre particulares, no ambiente privado, também não ocorre infração.

25. O mesmo vale para a letra j) do mesmo inciso: a exposição de obras de artes plásticas e figurativas no ambiente privado é livre. Da mesma forma, a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento são livres para os particulares, pois a regra tem de ser a mesma que se aplica às obras de artes plásticas e figurativas (nem se diga que a reprodução de obra de arte plástica depende de autorização do autor, de acordo com os arts. 77 e 78, pois vale o mesmo *discrímen* entre público e privado ? que o digam os estudantes de arte que copiam as pinturas exibidas em Firenze, meticulosamente, para uso privado).

26. Assim, o art. 30 e seu § 1º são abundantes, se não de caráter meramente didático, ao esclarecer que "o titular dos **direitos** autorais poderá colocar à disposição do público a obra" (caput), bem como aquele devidamente autorizado pelo titular (§ 1º).

27. O círculo de proibição é esclarecido nos arts. 102 e segs., relativos às sanções civis às violações de **direitos** autorais.

28. O art. 102 confere ao titular o direito de apreender os exemplares reproduzidos ou suspender sua di-

vulgação. O art. 104 estabelece a responsabilidade solidária para aquele que distribuir... obra ou fonograma reproduzido com fraude, com a finalidade de vender, etc... (a reprodução privada não é feita com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem). No mesmo sentido deve ser interpretado o art. 105, que cuida da suspensão da transmissão, da retransmissão e da comunicação ao público de obras, interpretações e fonogramas.

29. Esse exercício de diferenciar o público do privado pode ser aplicado às denominadas limitações aos **direitos** autorais, relacionadas no art. 46 (outras limitações já foram abordadas acima). O direito à informação (de interesse público) se acha expresso no inc. I, a), b) e d). O direito de acesso à cultura (também de interesse público) se encontra nos incs. II, III, IV e VIII. O direito à Justiça encontra amparo no inc. VII (bem como no inc. IV do art. 8º). Exceção ao direito de reprodução se acha em c) do inc. I (retrato feito sob encomenda ? aspecto privado), e ao direito de representação e execução no recesso familiar ou nos estabelecimentos de ensino (VI). Até o direito ao humor excepciona o **direito** autoral (art. 47). Destaque-se que o inc. II limita o direito de cópia privada a pequenos trechos, o que merece ser repensado.

## II. NA CONSTITUIÇÃO

30. Em texto intitulado Direito Intelectual, Exclusivo e Liberdade (Revista da **ABPI** - nº 59 - Jul/Ago 2002 - pp. 40 e segs.), José de Oliveira Ascensão destaca:

"O sentido das regras constitucionais brasileiras é claramente o de estabelecer liberdades, e não de estabelecer exclusivos".

(...) "Não só utilização é termo por demais genérico, como publicação e reprodução se sobrepõem em grande parte. O núcleo estará na referência à utilização. Mas não teria sentido que a lei estivesse garantindo a utilização privada. Direito à utilização privada todos temos. O que está em causa é a uti-

lização pública, que fica condicionada à autorização do autor."

31. Acerca da informação, Ascensão alerta:

"**Vivemos** hoje um paradoxo. Estamos na sociedade da informação. Nunca foi tão grande a quantidade da informação e o seu significado social. E, todavia, nunca a liberdade da informação foi tão ameaçada!"

32. E acrescenta:

"**Vamos** partir do texto constitucional: o artigo 5, XIV, que assegura a todos o acesso à informação.

**Este** trecho precisa de ser interpretado, porque são muitos os sentidos que podem gravitar em torno da referência ao direito ou liberdade de acesso à informação.

A Constituição portuguesa distingue os direitos de informar, de se informar e de ser informado."

33. Se nos fixarmos no tema da informação, poderemos classificar as normas constitucionais da seguinte forma:

Direito de Acesso à Informação Direito de Manifestação da Informação Direito de Controle da Informação Obrigação Estatal da Informação

### 33.1 Direito de Acesso à Informação

O direito de acesso à informação aparece desde logo no art. 5º, cujo inciso XIV garante a todos o acesso à informação, e, também, no XXIII que subordina a propriedade à sua função social. Bem assim os arts. 215 e 219, que se referem, respectivamente, ao acesso às fontes da cultura nacional e ao desenvolvimento cultural.

### 33.2 Manifestação da Informação

Em contrapartida ao direito de acesso, a liberdade de

manifestação, já inclusa no inc. IV do art. 1º, que consagra a livre iniciativa, é expressa no inciso IV do art. 5º, que tutela a liberdade de manifestação do pensamento, no inciso IX, que determina ser livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, e no inciso XIII que prestigia a liberdade de trabalho, ofício ou profissão. No art. 170, que cuida da ordem econômica, está expresso no inciso IV o princípio da livre concorrência e no parágrafo único o livre exercício de qualquer atividade econômica.

### 33.3 Controle da Informação

Os direitos de acesso à informação e à sua divulgação encontram limites.

Já no inciso X do art. 5º declaram-se invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Ao garantir o direito de propriedade (inciso XXII), assegura-se, também, no inciso XXVII, aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, e, no inciso XXVIII, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas. A propriedade privada é, também, garantida pelo inciso II do art. 170.

Deve-se acrescentar que as diversas formas de manifestação relacionadas no art. 216, como as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e outros espaços e obras do patrimônio cultural brasileiro serão protegidas e geridas pelo Estado, o que representa alguma forma de controle e restrição, embora deva ser franqueada sua consulta.

### 33.4 Obrigação da Informação

Em consequência de tais obrigações, o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, apoiando

e incentivando a difusão das manifestações culturais (art. 215), através das ações e mecanismos introduzidos pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005.

Além disso, o parágrafo 3º do art. 216 determina incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Finalmente, o art. 218 incumbe o Estado de promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, através dos mecanismos estabelecidos em seus parágrafos.

34. Ainda a propósito do tema publicação, Manoel Pereira dos Santos (in *Princípios constitucionais e propriedade intelectual - O regime constitucional do **direito** autoral*, Estudos Jurídicos, Unisinos, janeiro-junho 2006) escreveu:

*"Não obstante, a redação mais abrangente do atual inciso XXVII do Art. 5º da Lei Magna de 1988 poderia ensejar a interpretação de que o Legislador Constituinte pela primeira vez teria incluído pelo menos um dos direitos morais fundamentais, o chamado "direito de divulgação", que inclui o direito de inédito e o direito de retirar a obra de circulação.*

*De fato, ao relacionar os direitos constitucionalmente assegurados, o Legislador de 1988 menciona o direito de utilização, o direito de reprodução e o direito de publicação. Na lei ordinária, o vocábulo "publicação" é empregado em dois sentidos diferentes: (1) no Art. 5º, inciso I, da lei 9610/98, o Legislador definiu "publicação" como o oferecimento da obra ao conhecimento do público por qualquer meio ou processo, o que compreende o exercício do direito de divulgação; (b) já no Art. 53, ao tratar do contrato de edição, a palavra vem associada à faculdade de reprodução da obra intelectual, que é o sentido da Convenção de Berna (Art. 3,3).*

*O sentido mais técnico dessa palavra, porém, dado*

que o Legislador definiu "reprodução" como a geração de cópias da obra intelectual (Art. 5º, inciso VIII, letra "d" da lei 9610/98), uma das finalidades precípuas do contrato de edição, é de que "publicação" configura o exercício do direito de divulgação. Pode-se, pois, sustentar que, a partir de 1988, estaria presumidamente compreendido, na garantia constitucional, um dos direitos pessoais fundamentais do Direito de Autor (Pimenta, 2004, p. 224). Ainda que assim não fosse, o direito de divulgação encontraria sua base constitucional na liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, contemplada no inciso IX do Art. 5º da Constituição (Barbosa, 2003, p. 137-138)." (p. 26)

35.No início do mesmo artigo, o autor alerta:

"É recente, porém, o recurso ao regime constitucional desse instituto como fundamento para a invalidação de normas legais ou para defesa em ações judiciais.

...

O tema ainda é relativamente pouco estudado no Brasil, o que na verdade decorre em parte do fato de que a Propriedade Intelectual só recentemente adquiriu a importância de que hoje desfruta em nosso País." (pp. 24 e 25)

36. Retornando às lições de Ascensão, *in* Princípios Constitucionais do Direito de Autor, Revista Brasileira de Direito Constitucional, Princípios Constitucionais de Direito Privado, nº 5, jan/jun 2005, Escola Superior de Direito Constitucional:

"**Em** qualquer caso, chamamos a atenção para o facto de a Constituição não fazer uma demarcação pormenorizada do instituto que garante. Só constam dela traços muito gerais. Consequentemente, é muito amplo o campo de manobra deixado ao legislador ordinário. Isto significa também que a garantia constitucional do direito de autor é uma garantia ins-

titucional mínima.

...

A Constituição brasileira é, tanto quanto conheço, a Constituição que mais relevo dá ao princípio da função social. O direito de autor, como direito patrimonial privado, está-lhe tão submetido como qualquer outro." (p. 435)

"**Isto** tem conseqüências da maior importância na disciplina do direito de autor.

**Um** exclusivismo cerrado, que tudo reservasse ao autor e fosse cego ao interesse da comunidade, seria inconstitucional. A Constituição, por força dos princípios que a animam, impõe o equilíbrio permanente de interesses e a justa proporção." (p. 435)

37.E conclui no mesmo texto:

"**Diremos** apenas que o princípio básico é que aos autores é reservada a utilização pública de suas obras, e conseqüentemente a exploração econômica destas. Este princípio nuclear tem em qualquer caso guarida constitucional." (p. 440)

### III.DE LEGE FERENDA

38.Retomando o tema do público e do privado, nossa sugestão para tornar claro o alcance do termo utilização, referido na Carta Magna e no art. 29 da lei ordinária, seria acrescentar sempre ao termo utilização o adjetivo pública.

39.Assim ficaria o art. 29:

"Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização **pública** da obra, por quaisquer modalidades, tais como:"

40.Por cautela, embora esteja subordinado ao caput, incluir o mesmo adjetivo após a palavra "utilização" no inciso VIII.

"VIII - a utilização **pública**, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:"

41.Quanto ao artigo 68, o caput está a nosso ver perfeito, já que se refere a representações e execuções públicas.

42.O problema aparece nos três parágrafos desse artigo, isso porque:

- no §1º, define-se representação pública aquela que é realizada em locais de frequência coletiva;

- o §2º considera, da mesma forma, execução pública aquela realizada em locais de frequência coletiva;

- o problema é que o §3º indica uma série de locais ou estabelecimentos considerados de frequência coletiva sem excepcionar aqueles que são privados ou estão provisoriamente interditados ao público em geral.

43.Conforme Walter Moraes:

"... como pública deve entender-se a circunstância em que se realiza o ato de interpretação ou execução, ou seja, o próprio desempenho artístico. Execução pública é a que se desempenha em público; e esta seria a circunstância que dá origem a todos os direitos do artista sobre a sua execução, nos termos da Lei.

**Qual** a situação de fato que se pode considerar pública? Não se trata de um critério local; execução pública não é a ocorrida em lugar público necessariamente, pois o artista pode executar para o público a partir de um ambiente privado, como um estúdio de radiodifusão ou uma residência particular; pode, por outro lado, atuar em lugar público uma execução não pública, como a pessoa que canta ou de-

clama num parque ou numa praia para um círculo privado. Tampouco se trata de um critério numérico ou quantitativo; pública não é necessariamente a execução dirigida a uma multidão de pessoas, porque o artista que interpreta para uma multidão de convivas não realiza com isso uma execução pública.

**É** pública a execução, diz Ernst Müller, "quando o círculo de ouvintes não é determinado individualmente"; são públicas, prossegue, antes de tudo, as execuções em praças públicas, em locais de diversão aos quais qualquer um pode ter acesso. (Ernst Müller, Das Deutsche Urheber und Verlagsrecht, § 27, pág. 99) ...Cuidando, pois, de superar o defeito conceitual de Müller, dizemos simplesmente que pública é a execução acessível a qualquer pessoa.

**Pela** letra da Lei, só à sua execução pública tem direito o artista. A execução privada, portanto, bem como as suas implicações gerais, escapam à esfera legalmente demarcada para o exercício dos direitos do executante."

(**Walter** Moraes, Posição Sistemática do Direito dos Artistas Intérpretes e Executantes, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S/A, 1973, páginas 91/92)

44.Para esclarecer esse ponto que ficou duvidoso no §3º do art. 68 e tem viabilizado a invasão do ECAD na esfera privada, sugiro acrescentar ao final:

"... obras literárias, artísticas ou científicas, exceto quando tais locais estejam interditados ao público em geral para uso ou evento privado."

---

\*Newton Silveira é sócio do escritório Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados.



Continuação: Direito autoral - princípios e limitações

Newton Silveira

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 8, 10, 14

**Pirataria**

3, 7

**Marco regulatório | Anvisa**

13

**ABPI**

14

**Propriedade Industrial**

14